




2. Razões de um voto contra

Votarei contra a aprovação dos Estatutos da *Fundação Universidade do Minho*. Essa decisão não decorre apenas de uma questão de coerência face à oposição de fundo quanto à figura de “fundação pública com regime de direito privado”, expressa repetidas vezes desde 2007 e alicerçada em documentos e argumentos que foram tornados públicos desde então.

Releva, sobretudo, do facto de o texto dos Estatutos da *Fundação Universidade do Minho*, em decorrência da Lei nº. 62/2007, de 10 de setembro, consagrar uma transformação institucional com contornos considerados negativos e que, entres outros elementos, implica o seguinte:

1. A criação de uma nova entidade – a *Fundação Universidade do Minho* – que mediará as relações entre o Estado e o *Estabelecimento de Ensino Universidade do Minho*, colocada acima deste, encimando a estrutura de governo da Universidade do Minho através da ação do Conselho de Curadores e do Fiscal Único, novos órgãos nomeados pelo governo sob proposta do Conselho Geral, no primeiro caso, e do Reitor no caso do segundo órgão, este último de natureza unipessoal e pertencente à Fundação.
2. A transferência do património da atual Universidade do Minho para a *Fundação Universidade do Minho*, passando tal fundação e seus respetivos órgãos a ser titulares da gestão económica e patrimonial, a qual é retirada à Universidade do Minho-Estabelecimento de Ensino e aos seus órgãos, desde logo ao Conselho Geral, cabendo a estes a gestão académica (ver Vital Moreira, 2015, sobre o regime fundacional).
3. A atual Universidade do Minho passará, assim, da condição de instituto público dotado de autonomia jurídica, à condição de um estabelecimento de ensino pertencente à *Fundação Universidade do Minho*, razão pela qual esta nova realidade dual é formalizada através da existência de dois estatutos: os Estatutos da *Fundação Universidade do Minho* (hoje em apreciação) e os Estatutos do *Estabelecimento de Ensino Universidade do Minho*, passando os




primeiros, após a fase de criação, a ser da exclusiva responsabilidade do Conselho de Curadores e aprovados pelo governo, ao passo que os segundos serão da iniciativa do Conselho Geral, mas agora aprovados pelo Conselho de Curadores da Fundação.

4. Embora propostos ao Governo pelo Conselho Geral para respetivo ato de nomeação, podendo aquele recusar, o Conselho de Curadores, enquanto órgão máximo da Universidade do Minho, constituído por cinco personalidades, apresenta, contraditoriamente, uma legitimidade e uma representatividade democráticas muito inferiores àquelas que caracterizam o Conselho Geral. De resto, também inferiores às do Reitor.
5. O Conselho Geral perderá centralidade, seja no que se refere à perda de competências relativas à alienação de património e ao recurso ao crédito, pois estas passam a caber ao Conselho de Curadores, seja ainda pelo facto de as deliberações do Conselho Geral relativas à gestão económica, financeira e orçamental passarem a carecer de homologação por parte do Conselho de Curadores, tal como, de resto, várias outras competência do Conselho Geral que, atualmente, não exigem a homologação por parte da tutela, mas passarão a exigí-la, doravante, por parte do Conselho de Curadores.
6. O recurso ao Direito Privado para efeitos de contratação de pessoal e, até, dentro de certas condições, para o estabelecimento de carreiras próprias, a par da gestão patrimonial, económica e financeira, contratos de aquisição e locação de bens e serviços, numa situação de maior autonomia e flexibilidade de gestão para os gestores de topo que, no entanto, não deixará de acarretar profundas alterações em termos de vínculos laborais para os futuros contratados e implicações no domínio, mais substantivo, da autonomia académica, o verdadeiro núcleo da autonomia universitária.
7. Uma maior independência face ao Estado e à carta de deveres constitucionais que lhe cabem, designadamente em termos de financiamento público, conduzindo previsivelmente a Universidade

a uma maior dependência face a interesses privados, ao mundo dos negócios e ao universo mercantil, com todas as consequências que se conhecem já e que comportam riscos acrescidos para certos domínios do saber.

8. Constata-se que, em contraste com os decretos de criação das atuais Universidades fundacionais, o financiamento da Universidade do Minho não é definido por contratos plurianuais, de duração não inferior a três anos, o que, não obstante estar formalmente previsto, não ocorrerá efetivamente e desde logo a partir do processo legislativo, mesmo sabendo-se que o Governo não cumpriu os contratos plurianuais que firmou com as três fundações já criadas.
9. Finalmente, a proposta de criação de um Fundo, não exige a criação da Fundação, antes parecendo uma tentativa, mal conseguida, de substituir a não assinatura de um contrato de financiamento plurianual com o governo: de acordo com o artigo 7º proposto, o fundo é criado “com o objetivo de assegurar a prossecução das respetivas atribuições” da Universidade, sendo caso para concluir que para assegurar atribuições públicas, nada melhor do que recorrer a fundos privados, como se isso não tivesse consequências.

A criação de uma nova figura – a *Fundação Universidade do Minho*, fundação pública com regime de direito privado –, representa a adoção de um estatuto híbrido e mal definido que: altera e hierarquiza o modelo de governo da universidade; separa os académicos, e outros membros da Universidade, do *locus* privilegiado da governação económica, financeira e patrimonial; subordina o Estabelecimento de Ensino Universidade do Minho à Fundação Universidade do Minho; cria o Conselho de Curadores, órgão máximo mas de legitimidade democrática mínima; não resolve nenhum problema quanto à situação de subfinanciamento da instituição; admite algumas regras de gestão mais flexíveis mas, simultaneamente, coloca maior pressão quanto à captação de verbas próprias como forma de compensar a erosão do papel do Estado; permite uma gestão de pessoal considerada mais racional e flexível, sabendo-se, historicamente, o que isso significa e quais os impactos que poderá ter numa instituição em que a liberdade de pensamento, o inconformismo, a criatividade, o



direito a errar e a experimentar, tal como a sua multissecular vocação crítica e de afrontamento de todos os poderes, representam a razão maior da sua existência e permanência ao longo da história.

Uma última e breve palavra sobre a pretensa maior flexibilidade da gestão económica, financeira e patrimonial, mimetizando aspetos da gestão empresarial. Será, realmente, bastante mais fácil introduzir modos de gestão privada dentro da universidade, mas será impossível realizar uma gestão económico-financeira de tipo empresarial, como parece ser tão do agrado de certos setores. Para isso, as regras da União Europeia, expressas no SEC 2010 - sistema europeu de contas nacionais e regionais na União Europeia -, exigem que a UMinho apresentasse um montante de receitas próprias de 50% do total da receita. Isso não sucede, ao contrário do que é afirmado, nem sequer para o universo das contas consolidadas, pois as regras da UE são mais restritivas quanto à origem das receitas para se atingir o estatuto de “produtor mercantil”, impondo desde logo que aquela percentagem incida apenas sobre as contas individuais da Universidade. Por isso as outras fundações universitárias estão dentro do perímetro orçamental e contam para o défice público, estando sujeitas às regras da contabilidade pública. Pertencendo ao setor público, são “administrações públicas” de produção não mercantil, e não “sociedades públicas” de produção mercantil.

Concluo:

A aprovação destes Estatutos representa, por todas as razões apontadas e, certamente, por outras que a seu tempo ficarão claras para todos, uma das mais infelizes decisões na história de uma Universidade que nos tem dado tantos testemunhos de criatividade e de não opção pelos caminhos mais simples, bem como tantas razões de orgulho pelas suas realizações.